CÂMARA MUNICIPAL DE ALMENARA
ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ: 22.699.045/0001-39
PRAÇA HÉLIO ROCHA GUIMARÃES, Nº 28 –CENTRO
Fone: (33) 3721-1553/3721-1588 - E-mail
cm.almenara@gmail.com

Projeto de resolução nº 01 /2025, de 29 de janeiro de 2025.

Atende ao disposto no inciso x, do art. 37, da Constituição Federal, e dá outras Providências.

A Câmara Municipal de Almenara, Estado de Minas Gerais, considerando o disposto no art. 49 da Lei Orgânica Municipal e o art. 37, X, da Constituição Federal, aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º- Fica concedida revisão geral anual, atendendo ao comando do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, à atual remuneração dos Vereadores do município de Almenara, Estado de Minas Gerais, no percentual de 4,77% (quatro virgula setenta e sete por cento), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, acumulado no exercício de 2024.

Art. 2º- As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor, suplementadas se necessário.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários retroativos a partir de 01.01.2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Almenara-MG, 29 de janeiro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMENARA
PROTOCOLO Nº 023 /25
DOC. Projeto de Resolução nº 01/2025
DATA: 29 / 01 / 2025
Assinatura do responsável

VER. AILTON FERREIRA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

VER. MARCONI PEREIRA FLORES
VICE-PRESIDENTE

VER. CLEITON MÁRCIO J. DOS SANTOS
SECRETÁRIO

APROVADO
Em 1º votação da 4ª reunião
(X) Ordinária
( ) Extraordinária
por unanimidade
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMENARA
Em 06 de março de 2025
Presidente

JUSTIFICATIVA: Encaminhamos o presente Projeto de Resolução que atende a comando constitucional, na forma do inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal, concedendo revisão geral anual na remuneração dos Vereadores do município de Almenara. A proposição recompõe em 4,77% (quatro virgula setenta e sete por cento), a atual remuneração dos Vereadores, a fim de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, acumulado no exercício de 2024.